

www.pwc.com.br

Companhia Brasileira de Vidros Planos

**Demonstrações financeiras de acordo com as
práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente**





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Brasileira de Vidros Planos

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Vidros Planos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Vidros Planos em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Companhia Brasileira de Vidros Planos

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

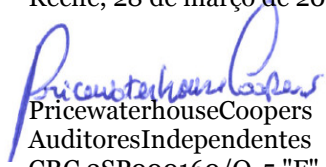
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

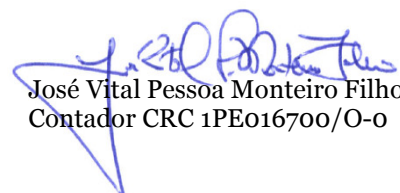


Companhia Brasileira de Vidros Planos

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de março de 2017


PricewaterhouseCoopers
AuditoresIndependentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE


José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Balancos patrimoniais Em milhares de reais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	4.526	3.341	Fornecedores (Nota 14)	25.866	47.431
Contas a receber de clientes (Nota 7)	17.213	8.773	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	121.740	104.557
Estoques (Nota 8)	84.225	100.188	Adiantamento de clientes	93	249
Tributos a recuperar (Nota 9)	46.092	46.600	Salários e encargos sociais (Nota 16)	11.457	8.522
Partes relacionadas (Nota 18)	2.849	1.778	Tributos a pagar (Nota 17)	3.681	2.744
Despesas antecipadas	236	648	Partes relacionadas (Nota 18)	649	1.338
Outros Ativos	2.933	2.948	Outros passivos	237	2
	<u>158.074</u>	<u>164.276</u>		<u>163.723</u>	<u>164.843</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	661.553	703.395
Tributos a recuperar (Nota 9)	10.178	32.417	Partes relacionadas (Nota 18)	212.028	214.684
Tributos diferidos (Nota 10)	91.207	91.207	Outros passivos	1.790	297
Créditos tributários (Nota 11)	12.718	13.652		<u>875.371</u>	<u>918.376</u>
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	60.183	53.751			
Outros ativos	1.541	457			
	<u>175.827</u>	<u>191.484</u>	Total do passivo	<u>1.039.094</u>	<u>1.083.219</u>
Imobilizado (Nota 12)	906.255	950.526	Patrimônio líquido (Nota 19)		
Intangível (Nota 13)	7.461	9.431	Capital social	507.909	457.909
	<u>913.716</u>	<u>959.957</u>	Prejuízos acumulados	(299.386)	(225.411)
			Total do patrimônio líquido	<u>208.523</u>	<u>232.498</u>
Total do ativo	<u><u>1.247.617</u></u>	<u><u>1.315.717</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>1.247.617</u></u>	<u><u>1.315.717</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Operações continuadas		
Receita de vendas (Nota 20)	324.857	307.201
Custos das vendas (Nota 21)	<u>(222.192)</u>	<u>(223.135)</u>
Lucro bruto	102.665	84.066
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(119.888)	(124.080)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>384</u>	<u>(422)</u>
Prejuízo operacional	(16.839)	(40.436)
Despesas financeiras (Nota 23)	(78.442)	(99.767)
Receitas financeiras (Nota 23)	21.306	42.953
Despesas financeiras, líquidas (Nota 23)	<u>(57.136)</u>	<u>(56.814)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(73.975)	(97.250)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)		<u>19.320</u>
Prejuízo do exercício	<u>(73.975)</u>	<u>(77.930)</u>
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	<u>(3,79)</u>	<u>(4,00)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>396.227</u>	<u>(147.481)</u>	<u>248.746</u>
Aumento de capital (Nota 19)	61.682		61.682
Prejuízo do exercício		(77.930)	(77.930)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>457.909</u>	<u>(225.411)</u>	<u>232.498</u>
Aumento de capital (Nota 19)	50.000		50.000
Prejuízo do exercício		(73.975)	(73.975)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>507.909</u>	<u>(299.386)</u>	<u>208.523</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(73.975)	(97.250)
Ajustes de		
Depreciação	56.637	51.254
Amortização	1.970	1.687
Juros variações monetárias e cambiais, líquidas	56.698	72.350
Custo de captação	819	218
Ganhos (perdas) com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	6.679	(14.440)
Prejuízo da alienação de imobilizado (Nota 12)	1.881	2.969
Receita de subvenção	(428)	(452)
Variação no capital circulante operacional		
Contas a receber (Nota 7)	(8.473)	(2.805)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(6.432)	(5.249)
Estoques (Nota 8)	15.963	(4.511)
Tributos a recuperar (Nota 9)	22.747	12.904
Despesas antecipadas	412	(434)
Partes relacionadas	(1.760)	2.134
Outros ativos	(1.069)	(433)
Fornecedores	(23.312)	(4.256)
Adiantamento de clientes	(156)	(742)
Salários e encargos sociais (Nota 16)	2.935	(3.717)
Tributos a pagar	1.871	1.441
Outros passivos	1.728	16
Caixa gerado nas operações	54.735	10.684
Juros pagos	(55.221)	(52.218)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(486)	(41.534)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado (Nota 12)	(14.615)	(49.285)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(14.615)	(49.285)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital		38.342
Partes relacionadas	44.137	85.485
Captação de empréstimos e financiamentos		17.169
Amortização do principal	(25.200)	(42.901)
Amortização custo de captação	(2.651)	(600)
Amortização de debêntures		(20.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	16.286	77.495
Caixa e equivalentes, no início do exercício (Nota 5)	3.341	16.665
Caixa e equivalentes, no final do exercício (Nota 5)	4.526	3.341
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	1.185	(13.324)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

(a) Atividades operacionais

A Companhia Brasileira de Vidros Planos – CBVP (“Companhia”) é uma empresa integrante do Grupo Cornélio Brennand, e tem seu parque industrial à margem da Rodovia BR 101 – Norte, KM 1, no município de Goiana, localizado na mata norte do Estado de Pernambuco.

A Companhia é controlada pela ICAL Vidros S.A., a qual é detentora de 100% das ações emitidas.

A Companhia é a primeira fabricante de vidros planos do Nordeste do Brasil, de capital 100% nacional, com capacidade para produzir 900 toneladas de vidros planos por dia, atendendo aos mercados da construção civil e moveleiro de todo o Brasil.

(b) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 5.649 (2015 - R\$ 567). Eventuais necessidades de recursos financeiros serão supridas pela própria geração de caixa da Companhia e, caso necessário, pelo acionista controlador.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria da Companhia em 28 de março de 2017.

1.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 26.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Empresa não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras.

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Vida útil do ativo imobilizado

A vida útil econômica dos bens integrantes do Ativo Imobilizado da Companhia foi estabelecida pela sua equipe técnica interna, especificamente os profissionais responsáveis pela produção e pela manutenção das instalações da empresa.

Para isso, foram utilizadas as seguintes premissas:

- Especificações técnicas da fabricação: projeto, origem, material empregado, garantias operacionais;
- Planejamento de gastos com o imobilizado: política de substituição de máquinas, defasagem tecnológica dos bens e comparativos com a tecnologia utilizada pela concorrência, nível de obsolescência, etc;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto derivado do ativo;
- Condições de uso: instalações, umidade no ambiente, calor, poeira, sujeira;
- Avaliação do histórico e comparativo dos bens semelhantes, inclusive comparações com empresas do mesmo setor;
- Política de manutenção da empresa – visando salvaguardar os ativos.

(b) Recuperabilidade do imposto diferido

A Companhia mensura a recuperabilidade do imposto diferido através da projeção de resultados tributáveis futuros, descontados a valor presente conforme descrito na Nota 10.

(c) Impairment ativo imobilizado

Quando há indícios de perda de recuperabilidade do ativo, a Companhia realiza o teste de impairment, utilizando as projeções do fluxo de caixa operacional e a demonstração do resultado do exercício.

(d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia usufrui do incentivo do PRODEPE (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco). Este incentivo incide sobre o ICMS calculado sobre as vendas, representando uma redução de 95% no recolhimento deste imposto. O prazo de fruição deste incentivo é de 12 anos, com início em 2014.

Em 2015, a Companhia aderiu ao PROINFRA (Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região do Nordeste). A concessão deste crédito presumido de ICMS é correspondente aos investimentos realizados pela Companhia em obras de infraestruturas no estado de Pernambuco, estando limitado ao montante de R\$ 15.130.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia manteve os contratos celebrados em dezembro de 2016 e 2015, cujas características também se enquadram na definição de Swap.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira, considerando o fluxo de pagamentos não descontados.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	165.137	257.030	539.348	237.051
Fornecedores (Nota 14)	25.866			
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	158.780	318.372	636.423	253.801
Fornecedores (Nota 14)	47.431			

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima.

A definição da estrutura de capital atual teve como base um endividamento compatível, em termos de prazo e custo, com a capacidade de pagamento do plano de negócios elaborado para a implantação do projeto de construção da fábrica de vidros planos e de beneficiamento de matéria-prima. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

4 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes (Nota 5)	4.526	3.341
Contas a receber de clientes (Nota 7)	17.213	8.773
Partes relacionadas (Nota 18)	2.849	1.778
Títulos e valores Mobiliários (Nota 6)	<u>60.183</u>	<u>53.751</u>
	84.771	67.643
Mensurados ao valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	<u>(1.380)</u>	1.187
	(1.380)	1.187
	<u>83.391</u>	<u>68.830</u>
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(781.913)	(809.139)
Fornecedores (Nota 14)	(25.866)	(47.431)
Partes relacionadas (Nota 18)	<u>(212.677)</u>	<u>(216.022)</u>
	<u>(1.020.456)</u>	<u>(1.072.592)</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recursos em bancos e caixa (i)	850	2.539
Depósitos bancários de curto prazo (ii)	<u>3.676</u>	<u>802</u>
	<u>4.526</u>	<u>3.341</u>

(i) Recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.

(ii) Os Certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa sem penalidade de juros, e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Certificado de depósitos bancários	60.183	53.751
Não circulante	<u>60.183</u>	<u>53.751</u>

As aplicações financeiras identificadas pela administração como não destinadas ao atendimento de atividades operacionais, mas comprometidas com a compra de ativos fixo e outras atividades de investimento.

Conforme cláusula prevista no contrato de financiamento, a Companhia mantém investimento em quota de fundo de renda fixa (Nota 15).

7 Contas a receber de clientes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a receber de clientes	18.784	9.648
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.571)</u>	<u>(875)</u>
	<u>17.213</u>	<u>8.773</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o contas a receber de clientes possui o montante de R\$1.571 (2015-R\$ 875) que estavam *impaired* e provisionadas. As contas a receber individualmente *impaired* referem-se principalmente a fabricantes de vidros temperados, os quais estão em uma situação econômica inesperadamente difícil. Segundo avaliação, uma parcela das contas a receber deve ser recuperada. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Até três meses		(86)
De três a seis meses	(133)	(189)
Acima de seis meses	<u>(1.438)</u>	<u>(600)</u>
	<u>(1.571)</u>	<u>(875)</u>

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Matérias-primas (i)	9.094	15.981
Produtos em elaboração	7.249	4.866
Vidros planos para venda (ii)	49.186	55.564
Vidros planos para revenda (iii)	1.281	8.759
Adiantamento para fornecedores de estoques (iv)	2.484	2.700
Peças para reposição	9.308	6.612
Outros	5.623	5.706
	<u>84.225</u>	<u>100.188</u>

- (i) O saldo refere-se à aquisição de matérias primas para a produção de vidros planos.
- (ii) O saldo refere-se ao estoque de produtos acabados para venda.
- (iii) O saldo refere-se ao estoque de mercadoria adquirida para revenda.
- (iv) O saldo refere-se a adiantamentos aos fornecedores de mercadoria importada para revenda e a adiantamentos aos fornecedores de produtos e/ou serviços nacionais utilizados para a produção de vidros planos.

9 Tributos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	42.563	56.299
Programa de integração social - PIS (i)	9.285	12.260
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	3.355	5.739
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	3	3
Imposto de renda pessoa jurídica	1.059	4.304
Instituto nacional do seguro social (INSS) a restituir		411
Outros	5	1
	<u>56.270</u>	<u>79.017</u>
(-) Circulante	<u>(46.092)</u>	<u>(46.600)</u>
Não circulante	<u>10.178</u>	<u>32.417</u>

- (i) Os tributos a recuperar de PIS e COFINS do ativo circulante são provenientes de créditos sobre energia elétrica, locação do Centro de distribuição, importação para revenda de mercadorias, frete de armazenagens, aquisição de bens do imobilizado e sobre serviços prestados para a construção do parque fabril. No não circulante refere-se ao PIS e COFINS sobre aquisição de bens do imobilizado e sobre os serviços prestados para a construção do parque fabril.
- (ii) Os créditos a recuperar de ICMS são provenientes basicamente de operações com venda e revenda.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O saldo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 91.207 (2015- R\$ 91.207) refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos relativos ao prejuízo fiscal e base negativa acumulados pela Companhia (Nota 24).

A constituição dos impostos diferidos, apurados no ano de 2015, se deu em cumprimento as indicações do CPC 32 (Tributos diferidos), uma vez que a Companhia elaborou projeções que indicam o aproveitamento deste crédito nos próximos 10 anos, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	2015
Adições Temporárias	10.526
Exclusões Temporárias	(23.854)
Prejuízo Fiscal Acumulado	338.564
Total Ajustes Temporários	325.236
IRPJ Diferido Ativo	67.155
CSLL Diferido Ativo	24.052
Total Impostos Diferidos Ativos	91.207

A administração elaborou, em 31 de dezembro de 2016, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributáveis nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações nas perspectivas de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizar no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Baseado no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com as melhores práticas adotadas no Brasil, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

Recuperação Tributos Diferidos - IRPJ/CSLL

2017	2018	2019	2020	2021	
		728	4.771	8.292	
2022	2023	2024	2025	2026	Total
11.694	15.058	18.108	21.412	11.144	91.207

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Créditos tributários

O saldo refere-se ao montante de crédito presumido de ICMS concedido para a Companhia mediante compromisso firmado com o Governo do Estado de Pernambuco. Neste acordo a Companhia comprometeu-se em realizar obras de infraestruturas.

Em contrapartida à realização destas obras o Governo do Estado de Pernambuco concedeu o crédito presumido de ICMS, limitado ao montante de R\$ 15.130. Considerando que tal benefício está relacionado a obras realizadas, o mesmo foi registrado no grupo de imobilizado, sendo realizado na medida da depreciação dos respectivos ativos (Nota 12).

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Créditos tributários	12.718	13.652
Não circulante	<u>12.718</u>	<u>13.652</u>

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

(a) Composição do saldo

	Terrenos	Edificações	Benf. Imóveis de terceiros e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis Utensílios e ferramentas	Equip. de Informática	Veículos	Total em operação	Adiant. a Fornecedor Imobilizado	Obras em Andamento	Total	Subvenção Governamental	Líquido
Em 31 de dezembro de 2015													
Saldo inicial	1.398	464.115	51.612	345.671	2.023	4.309	236	869.364	10.425	106.128	985.917	(1.398)	984.519
Transferências		42.989	25.196	65.138	62	128	448	133.961		(133.961)			
Aquisições									5.302	43.983	49.285		49.285
Baixas				(2.969)				(2.969)			(2.969)		(2.969)
Reclassificações				254				254	(12.959)	(1.672)	(14.377)		(14.377)
Proinfra												(15.130)	(15.130)
Receita de subvenção												452	452
Depreciação		(11.685)	(3.964)	(33.980)	(287)	(1.174)	(164)	(51.254)			(51.254)		(51.254)
Saldo contábil, líquido	1.398	495.419	72.844	374.114	1.798	3.263	520	949.356	2.768	14.478	966.602	(16.076)	950.526
Em 31 de dezembro de 2015													
Custo	1.398	522.181	79.241	437.144	2.247	5.524	869	1.048.604	2.768	14.478	1.065.850	(16.076)	1.049.774
Depreciação acumulada		(26.762)	(6.397)	(63.030)	(449)	(2.261)	(349)	(99.248)			(99.248)		(99.248)
Saldo contábil, líquido	1.398	495.419	72.844	374.114	1.798	3.263	520	949.356	2.768	14.478	966.602	(16.076)	950.526
Em 31 de dezembro de 2016													
Saldo inicial	1.398	495.419	72.844	374.114	1.798	3.263	520	949.356	2.768	14.478	966.602	(16.076)	950.526
Transferências		1.606	(423)	11.446	144	10	4	12.787	158	(12.945)			
Aquisições										14.615	14.615		14.615
Baixas			(502)	(1.260)	(15)		(104)	(1.881)			(1.881)		(1.881)
Reclassificações (i)			283	472	4		89	848	(1.644)		(796)		(796)
Proinfra												398	398
Receita de subvenção												30	30
Depreciação		(13.485)	(3.457)	(38.112)	(304)	(1.109)	(170)	(56.637)			(56.637)		(56.637)
Saldo contábil, líquido	1.398	483.540	68.745	346.660	1.627	2.164	339	904.473	1.282	16.148	921.903	(15.648)	906.255
Em 31 de dezembro de 2016													
Custo	1.398	523.787	78.599	447.802	2.380	5.534	858	1.060.358	1.282	16.148	1.077.788	(15.648)	1.062.140
Depreciação acumulada		(40.247)	(9.854)	(101.142)	(753)	(3.370)	(519)	(155.885)			(155.885)		(155.885)
Saldo contábil, líquido	1.398	483.540	68.745	346.660	1.627	2.164	339	904.473	1.282	16.148	921.903	(15.648)	906.255
Taxas anuais médias de depreciação		4%	13%	14%	10%	20%	20%						

(i) O saldo refere-se essencialmente à compensação financeira de adiantamentos aos fornecedores.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depreciação

A depreciação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 foi contabilizada como custo, no montante de R\$ 49.220 (R\$ 2015- R\$ 46.184), e despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 8.155 (2015 - R\$ 6.216). Deste montante, R\$ 738 (2015- R\$ 1.146) refere-se ao rateio da depreciação do imobilizado de uso em comum entre as empresas do Grupo Cornélio Brennand.

(c) Subvenção governamental

(c.1) Terrenos

O terreno onde foi construída a planta industrial da Companhia, em Goiana – PE compreende uma área de 91 mil metros quadrados. O mesmo foi doado pelo Governo do Estado de Pernambuco através de escrituras públicas de doação. A doação foi condicionada à implantação da unidade industrial. O valor da subvenção foi registrado inicialmente ao valor justo, e a Companhia reconhece a realização do ganho no resultado pelo prazo de 47 anos (vida útil média da planta industrial).

(c.2) PROINFRA (Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região do Nordeste).

A Companhia realizou obras de infraestrutura consistentes na realização de obras de Acesso Viário, Estação de Tratamento de Água e instalação de Linhas de Transmissão de Energia mediante compromisso firmado com o Governo do Estado de Pernambuco. Alternativamente à realização dessas obras de infraestruturas o Governo do Estado de Pernambuco concedeu o benefício fiscal sobre o recolhimento do ICMS pela Companhia. Este incentivo está limitado ao montante gasto pela Companhia na realização das obras. A Companhia reconhece a receita desta subvenção pelo prazo de 38 anos (vida útil média dos imobilizados construídos na realização das obras de infraestrutura).

(d) Análise impairment

No exercício de 2016, a administração efetuou a análise de recuperabilidade dos ativos e não houve indicação, seja por fontes externas ou internas de informações, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização ou de que não seja recuperável por meio dos resultados obtidos de sua realização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é considerado recuperável pela administração da Companhia.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível

	<u>Software</u>	<u>Bens Reversíveis</u>	<u>Total</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			
Saldo inicial	5.175	3.848	9.023
Reclassificação (i)	2.095		2.095
Amortização	<u>(1.559)</u>	<u>(128)</u>	<u>(1.687)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>5.711</u>	<u>3.720</u>	<u>9.431</u>
Em 31 de dezembro de 2015			
Custo	9.200	3.953	13.153
Amortização acumulada	<u>(3.489)</u>	<u>(233)</u>	<u>(3.722)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>5.711</u>	<u>3.720</u>	<u>9.431</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
Saldo inicial	5.711	3.720	9.431
Amortização	<u>(1.842)</u>	<u>(128)</u>	<u>(1.970)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>3.869</u>	<u>3.592</u>	<u>7.461</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
Custo	9.200	3.953	13.153
Amortização acumulada	<u>(5.331)</u>	<u>(361)</u>	<u>(5.692)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>3.869</u>	<u>3.592</u>	<u>7.461</u>

- (i) O saldo refere-se às reclassificações do imobilizado (Obras em andamento) para o Intangível.

(a) **Softwares**

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(b) **Bens reversíveis**

Com vistas a possibilitar o suprimento de energia elétrica à nova unidade fabril da Companhia, a mesma requereu da CELPE uma ligação na tensão de 69 KV com dupla alimentação para o fornecimento de energia elétrica à sua nova unidade fabril.

As instalações elétricas construídas pela Companhia para a CELPE foram incorporadas ao patrimônio e ao sistema elétrico de distribuição da referida Companhia, revertendo à União Federal, nos termos da Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, e da Lei 9.427 de 26 de dezembro 1996. Considerando que os investimentos feitos pela Companhia no referido ativo já foram transferidos à CELPE, a Companhia efetuou o reconhecimento contábil destes valores como ativo intangível iniciando a amortização do mesmo no exercício de 2014 pelo prazo de 31 anos (vida útil média dos equipamentos da Companhia).

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Fornecedores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores de vidros	7.579	21.332
Fornecedores de ativos imobilizados	2.655	9.328
Fornecedores de logística e armazenagem	6.477	3.014
Fornecedores de gás natural e energia elétrica	4.473	5.833
Fornecedores de outros materiais e/ou serviços	4.682	7.924
	<u>25.866</u>	<u>47.431</u>

Referem-se a valores a pagar basicamente decorrentes de aquisições de vidros planos para comercialização, compra de materiais e serviços necessários para produzir vidros planos e para a conclusão da construção das linhas de produção de vidros espelhados e laminados, gastos com fretes e logística.

15 Empréstimos e Financiamentos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Não circulante		
BNB (a)	497.266	506.167
Debêntures (b)	132.781	139.986
BNDES (c)	31.506	37.242
FRN- Floating Rate Note (e)		20.000
	<u>661.553</u>	<u>703.395</u>
Circulante		
BNB (a)	25.937	34.010
Debêntures (b)	49.065	44.180
BNDES (c)	5.688	4.449
FINIMP (d)	19.604	23.037
FRN- Floating Rate Note (e)	20.066	68
Provisão perda(ganho) swap (f)	1.380	(1.187)
	<u>121.740</u>	<u>104.557</u>
Total dos empréstimos	<u>783.293</u>	<u>807.952</u>

(a) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

(a.1) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

O financiamento contratado com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, mediante abertura de crédito no montante de R\$ 521.000, tem juros de 2,94% a.a. (antes do bônus de adimplência de 15%; com o bônus, os juros são reduzidos para 2,5% a.a.) e vencimento em 2026.

Os recursos obtidos foram destinados a obras civis e demais itens de investimentos para o projeto de construção do parque industrial.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o período de carência, findo em fevereiro de 2014, os juros foram calculados e capitalizados mensalmente e exigidos trimestralmente no dia 11 de cada mês. As despesas financeiras incorridas foram capitalizadas até a data de entrada em operação da Companhia. Após o período de carência os pagamentos dos juros são mensais.

A amortização do principal ocorrerá em 146 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 11 de março de 2014.

Conforme cláusula prevista no contrato de financiamento, a Companhia mantém durante o prazo da operação de financiamento, investimento em quota de fundo de renda fixa (Nota 6).

(a.2) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

O financiamento contratado com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, mediante abertura de crédito no montante de R\$ 100.000, tem juros de 8,24% a.a. (antes do bônus de adimplência de 15%; com o bônus, os juros são reduzidos para 7% a.a.) e vencimento em 2026.

Os recursos obtidos foram destinados a obras civis e demais itens de investimentos para o projeto de construção do parque industrial.

Durante o período de carência, que se estendeu até abril de 2016, os juros foram calculados e capitalizados mensalmente e exigidos trimestralmente. A amortização se realizará em 120 parcelas.

Conforme cláusula prevista no contrato de financiamento, a Companhia mantém durante o prazo da operação de financiamento, investimento em quota de fundo de renda fixa (Nota 6).

(b) Debêntures

No exercício de 2013, a Companhia efetuou o resgate de 200 debêntures e aditou a escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única da espécie quirografária, passando a remunerá-las a taxa de 121,5% do CDI, com datas de vencimentos até maio de 2020. Em março de 2016 o contrato foi renegociado passando a remunerá-las a taxa de 125% do CDI com vencimento em 2020. O fluxo de amortização também foi alterado para pagamentos anuais durante o período de 2017 a 2020. No exercício de 2016 não houve amortização do principal, a companhia amortizou os juros no montante de R\$ 30.676.

Os recursos obtidos pela Companhia por meio da emissão das debêntures foram destinados à realização de investimentos no projeto de implantação da fábrica.

(c) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES

O montante em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 37.194 (2015 - R\$ 41.691) foi captado no âmbito do programa BNDES de Sustentação do Investimento – BNDES PSI e são providos de repasse da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, deferidos pelo BNDES através do Banco Itaú BBA. Sobre o principal da dívida incidem juros entre 2,5% a.a. e 6% a.a.

(d) Financiamento à Importação - FINIMP

O montante em 31 de dezembro de 2016 R\$ 19.604 (2015- R\$ 23.037) refere-se a recursos captados no mercado externo (Lei 4.131), com proteção cambial através de operação de swap e vencimento em novembro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidem juros a taxa efetiva de 123,42% do CDI.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) FRN- Floating Rate Note

O montante em 31 de dezembro de 2016- R\$ 20.066 (2015-R\$ 20.068) refere-se a recursos captados no mercado externo (Lei 4.131), com vencimento em junho de 2017.

Em dezembro de 2015, houve a renegociação do financiamento, onde o principal da dívida foi contratado em reais e corrigidos pelo CDI, deixando de ter a proteção cambial através de swap.

Sobre o principal da dívida incidem juros a taxa efetiva de 131% do CDI.

(f) Swap

O montante em 31 de dezembro de 2016 - R\$1.380 (2015 - R\$ (1.187)) refere-se à proteção cambial do FINIMP. A Companhia contratou em conjunto com a operação do financiamento um contrato de Derivativo (Swap), para troca dos fluxos financeiros em Dólar para Real evitando desta forma a exposição ao risco cambial.

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2016
2017	97.181
2018	97.181
2019	105.943
A partir de 2020	<u>361.248</u>
	<u><u>661.553</u></u>

16 Salários e encargos sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão gratificação a pagar	3.281	1.690
Salários	34	37
Férias	4.701	4.883
Instituto nacional do seguro social- INSS	2.626	1.125
Fundo de garantia por tempo de serviço- FGTS	769	760
Outros	<u>46</u>	<u>27</u>
	<u><u>11.457</u></u>	<u><u>8.522</u></u>

17 Tributos a pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	547	227
Imposto sobre produtos Industrializados - IPI	1.972	1.408
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.000	1.003
Imposto sobre serviços - ISS	44	26
Outros	<u>118</u>	<u>80</u>
	<u><u>3.681</u></u>	<u><u>2.744</u></u>

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Transações e saldos com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Ical Vidros S.A., que detém 100% das ações.

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está representada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração total do pessoal-chave da administração	<u>2.684</u>	<u>2.794</u>

A Companhia é parte integrante de um grupo de empresas, denominado Grupo Cornélio Brennand, que atua de forma integrada e os custos das estruturas operacional e administrativa são atribuídos a cada empresa, segundo a dimensão das suas operações.

(b) Empréstimos entre partes relacionadas (Mútuo)

	<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Atiaia Energia S.A.	26.581	23.025
Acionistas - Pessoas Físicas	185.447	191.273
LFB Participações S.A.		386
	<u>212.028</u>	<u>214.684</u>

(c) Outras transações

	<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ical Participações S.A.		1		66
Ical Vidros S.A.	152	39	623	1.253
Iron House Empreendimentos Imobiliários S.A.	576	417	5	
Iron House Desenvolvimento Imobiliário S.A.	80	49	1	
Vento Sul Participações Ltda.	45	28	1	
HTL SP Participações S.A.	2			
Terrenos e Construções S.A.	264	145	1	13
Companhia Agrícola e Ind.São João	224	142	2	
Indústria de Azulejos S.A.	138	76	1	
Atiaia Energia S.A.	66	41	1	2
Rio Verde Energia S.A.	276	176	3	2
Ical Energia S.A.	17	10		
Rio do Sangue Energia S.A.	216	138	2	
Rio Sucuriú Energia S.A.	258	169	3	
Paranatinga Energia S.A.	226	146	3	
Empresa Energética Porto das Pedras S.A.	276	180	3	
Pedra Furada Energia S.A.	33	21		2
	<u>2.849</u>	<u>1.778</u>	<u>649</u>	<u>1.338</u>

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores referem-se ao rateio das despesas administrativas com as demais empresas do Grupo de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos em laudo técnico elaborado por empresa especializada.

19 Patrimônio líquido

Capital social

No exercício de 2016, a Companhia aumentou o capital social, no montante de R\$ 50.000 mediante a conversão de créditos existentes no passivo não circulante da Companhia.

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 507.909 (2015- R\$ 457.909) dividido em 19.496.027 (2015 -19.496.027) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

20 Receita de vendas

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Venda bruta de produtos	369.632	311.544
Revenda bruta de produtos (i)	8.095	54.341
Devoluções	(4.140)	(7.369)
Tributos incidentes sobre vendas(ii)	(48.730)	(51.315)
	<u>324.857</u>	<u>307.201</u>

(i) O saldo refere-se à revenda de vidros planos.

(ii) O montante de R\$ (48.730) (2015- R\$ (51.315)) é composto pelos tributos incidentes sobre as vendas, revendas, e as devoluções de vendas e revendas, deduzidos do incentivo fiscal PRODEPE no valor de R\$29.287 (2015- R\$ 24.348).

A Companhia usufrui do incentivo do PRODEPE concedido pelo Governo do Estado de Pernambuco. A fruição deste incentivo está condicionada a produção de vidros planos. A Companhia reconhece este incentivo no resultado, como uma receita sendo redutora do ICMS sobre as vendas e revendas.

21 Custos das vendas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos com pessoal	28.936	17.985
Custo com matérias primas	58.208	42.014
Custos com energia elétrica	6.408	3.922
Custo com combustíveis	42.684	34.424
Custo com embalagem	2.694	2.219
Custo com materiais de utilidades	382	4.245
Custo com materiais intermediários	8.028	4.667
Custo com manutenção	10.629	6.582
Depreciação	51.295	40.172
Custo da mercadoria revendida	6.705	44.305
Ajuste de inventário	(586)	2.566
Outros	6.809	20.034
	<u>222.192</u>	<u>223.135</u>

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas com pessoal	37.600	30.417
Despesas com cursos e treinamentos	618	413
Despesas com viagens	1.406	2.214
Consultoria, assessoria e outros	11.812	14.526
Aluguéis	2.003	2.475
Despesas com entidades de classe e contribuição sindical	493	465
Telefone e outras comunicações	1.217	1.763
Despesas com fretes e armazenagens	23.850	30.219
Despesas comerciais	4.348	2.841
Despesas com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	896	875
Despesas com avarias	3.729	17.404
Despesa com energia elétrica	454	441
Despesa com manutenção	484	134
Despesa com seguros	1.759	2.575
Despesas com embalagens	7.472	2.209
Depreciação e amortização	9.440	7.903
Impostos e taxas	275	234
Outros	12.032	6.972
	<u>119.888</u>	<u>124.080</u>

23 Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	7.196	6.391
Variação cambial	9.383	13.894
Ganho com operações SWAP	2.083	21.896
Outros	2.644	772
Receitas financeiras	<u>21.306</u>	<u>42.953</u>
Despesas bancárias	(3.786)	(2.954)
Variação cambial	(3.657)	(35.189)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(55.119)	(50.701)
Perda com operações SWAP	(8.762)	(7.456)
Descontos comerciais	(3.329)	(418)
Outros	(3.789)	(3.049)
Despesas financeiras	<u>(78.442)</u>	<u>(99.767)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(57.136)</u>	<u>(56.814)</u>

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(97.250)
Despesas indedutíveis	83.714
Receitas não tributáveis	(118.164)
Prejuízo fiscal	(131.701)
IRPJ/CSLL Diferido	<u>19.320</u>

Para 31 de dezembro de 2015, a Companhia procedeu ao registro adicional de imposto diferido com base nas projeções de realização de fluxo de caixa, sendo constituído pelas alíquotas aplicáveis de 34%.

25 Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Coberturas</u>	<u>Limite Máximo de Indenização (LMI)</u>
Responsabilidade civil – Obras civis, instalação e montagem	20.000
Empresarial	655.771
Compreensivo empresarial	7.970

26 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

26.2 Ativos financeiros

26.2.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como circulante ou não circulante se estiver vinculado a garantias.

Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge, quando aplicável.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

26.3 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

(a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos da Companhia não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

26.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O estoque é composto de mercadorias para venda e revenda, e seu custo médio é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado".

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

26.6 Tributos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem ao valor esperado de realização.

26.7 Títulos e valores mobiliários

Conforme cláusula prevista no contrato de financiamento, a Companhia mantém investimento em quota de fundo de renda fixa, equivalente a 3 vezes ao valor da prestação junto à Instituição Financeira. Esses investimentos apenas podem ser resgatados após a liquidação da dívida.

26.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação dos ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	10-40
Instalações	6-25
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	5-10
Maquinas e Equipamentos	2-40
Máquinas e Equipamentos Forno	13 meses -25
Móveis e Utensílios	2-10
Equipamentos de Informática	5
Veículos	5

26.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.10 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

26.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

26.12 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos e está apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

26.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Companhia Brasileira de Vidros Planos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

* * *